ESTADO DE SÃO PAULO
QUINTA-FEIRA — 2 DE JULHO DE 1987

Sarney

Notas e informações

Causas e efeitos da baderna

O ministro da Justiça definiu a agressão dirigida contra o presidente da República, no Rio, como "terrorismo urbano". Parece que esse tipo de manifestação, neste momento, está fadado a ter como palco a antiga Capital, cenário, anteontem, de um quebra-quebra considerado o maior já realizado lá. Se o sr. Paulo Brossard julgou perigosa a investida contra o ônibus em que se encontrava o chefe de Estado, apta a "produzir efeitos multiplicadores", não haveria razão para avaliar de forma diversa a baderna organizada em que se queimaram dezenas de ônibus e se tumultuou por muitas horas o centro da cidade, convertido em autêntico campo de batalha. Se essa baderna foi desencadeada por "brigadas fascistas", como declarou o governador Moreira Franco, sem esclarecer qual a cor dos brigadistas, que há de várias, parda, preta e até vermelha, tenha-se presente, para interpretação futura, que o ex-governador fluminense recomendara no exato dia da baderna que se valasse o sr. José Sarney "em todos os lugares a que ele for". Não é este, positivamente, conselho capaz de estimular a paz social, contra a qual acometem interessados diversos, adeptos daquela tabuada cujo denominador comum é *quanto pior, melhor.*

Foi dito baderna organizada porque existem fatos que induzem a crer em algo planejado e executado com *timing* adequado. A manifestação de anteontem começou tranqüila, pela manhã: passageiros desocuparam um ônibus onde *uma mulher brigara por causa de troco* e passaram a reclamar contra o aumento de 50% do preço das passagens, autorizado por medida liminar despachada pelo juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública. Às 10h30, em frente ao prédio em que funcionou o Ministério do Trabalho, um grupo de pessoas protestava contra tal aumento. O dano aos veículos sobreveio, porém, ao meio-dia, intensificando-se os atos de vandalismo às 15 horas, quando foram incendiados os primeiros ônibus na avenida Rio Branco. O resto é de conhecimento geral, valendo notar que não faltaram fotos que serviram para documentar as cenas de tumulto e depredação que ocorreram.

Quanto à liminar, acabou suspensa, alegando o magistrado que não poderia prever as conseqüências dela. É de estarrecer! Ou se observa o Direito ou se descamba para a desordem. Se havia norma jurídica a aplicar para fundamentar a medida judicial, cumpria mantê-la; se não havia, não se justifica que fosse concedida. Que fazer? Em 1955, diante de um golpe de Estado que depusera o presidente da República, este apelou ao Supremo Tribunal Federal a fim de que lhe assegurasse o exercício da função. Negando o mandado de segurança que fora impetrado, um dos integrantes do Pretório Excelso fez constar de seu voto que não se concedia *o writ* contra tanques. Em 32 anos, pouco mudou o Brasil.

É preciso perguntar qual será a próxima *explosão urbana* e que aparato será montado onde e por conta de que instituição do Estado, no propósito de prevenir incidentes como os que ocupam as manchetes da imprensa nos últimos dias. Estará vivendo fora da realidade quem duvidar de que se criaram condições praticamente ideais para provocações como as que o Rio vem de presenciar. De um lado, *desadministração* e esvaziamento da autoridade que não se torna credora da confiança e do apreço da opinião pública; de outro, frustração, pessimismo, desânimo e aprendizes de feiticeiro dispostos a arrumar achas de lenha e acender a fogueira para tirar sardinha com mão de gato, supondo que a agitação lhes propiciará ocasião de *faturar* poder em aventuras insanas.

Mais uma vez é essencial insistir nisto: o Brasil carece de governo competente e que saiba atuar com energia (que nada tem que ver com violência) para transmitir segurança ao povo. É nefasto o vazio provocado pela autoridade abúlica ou alienada que persegue *ibopes* elevados em pesquisas de opinião imaginando que *jogo de cintura* e bom-mocismo lhe garantirão estima geral. Mais do que nunca cumpre identificar quem pratica "terrorismo urbano" por conta de quem, para quê. Sem a revelação dos nomes e das intenções dos que estão por trás da baderna e quais os objetivos a que ela visa, a situação só tenderá a agravar-se. Se se tratar porém de puro e simples descontentamento popular, lançando raízes na recessão econômica e na falta de credibilidade do governo, a este restará apenas uma coisa: governar. Ou, em outras palavras, escolher, decidir, correr o risco da impopularidade desde que esteja defendendo o interesse público, ser austero, falar menos e agir mais — na linha do que falar, pois as promessas têm sido muitas, cheias de boas intenções, mas os atos que se seguem as contradizem e geram afinal um clima em que prosperam oportunidades para cultivar a desordem: programá-la e pô-la na rua, ou desatá-la por sentimentos de revolta ou desespero, impondo prejuízos pelos quais o povo responderá, cedo ou tarde, de uma maneira ou de outra, direta ou indiretamente, até mesmo pelo perigo de, em nome da defesa da ordem, ver surgir na linha do horizonte o fantasma da *fechadura.*